

Sustentabilidade e Agroecologia: um Novo Padrão de ATER no Vale do Jiquiriçá

LOMANTO NETO, Raul. Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, raullomanto@hotmail.com;
GAMA, Erasto Viana Silva. Centro de Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia Sapucaia – Centro
Sapucaia, erastovsg@yahoo.com.br; NEVES, Marcia Luzia Cardoso. Centro Sapucaia,
marcialuzia2005@yahoo.com.br; MARQUES, Carla Teresa dos Santos. Centro Sapucaia,
ctsmarques@gmail.com

Resumo

Apresentando esta experiência pretendemos expor e discutir os principais alcances e dificuldades resultantes do projeto “Sustentabilidade e Agroecologia: um novo padrão de ATER no Vale do Jiquiriçá”, nestes 2 primeiros anos de implantação, destacando a emergência da perspectiva agroecológica. A metodologia utilizada para atingir as metas e os objetivos propostos foi baseada na realização de capacitações, tanto para técnicos quanto para agricultores, com conteúdos definidos a partir das demandas e necessidades nas comunidades pelo PEGADAS e nas reuniões de sensibilização. Após dois anos de projeto podem ser observados resultados nas famílias, nas comunidades e nos técnicos envolvidos. Vale ressaltar esse trabalho não pretende ser conclusivo, pois apenas ter-se-á iniciado um processo de sistematização da experiência de política pública desenvolvida no Município de Amargosa.

Palavras-chave: Extensão rural, Amargosa, Sistemas agroflorestais.

Contexto

O município de Amargosa compõe a região econômica do Recôncavo Sul do estado da Bahia. Como ponto de referência a Prefeitura Municipal de Amargosa (PMA), fica localizada entre os paralelos 13° 01’ 49” de latitude sul e o meridiano 39° 35’ 51” de longitude oeste, altitude de 400 e a uma distância de Salvador de 240 Km. A população de Amargosa estimada pelo INSTITUTO... (2009) é de 33.039 habitantes, com 22.179 residindo na zona urbana e 10.860 zona rural.

A agricultura familiar representa mais de 60% da população ativa de Amargosa, por outro lado, historicamente é o segmento que menos contou com políticas públicas específicas, até o ano de 2004 (AMARGOSA, 2005).

A partir de 2005, durante o PEGADAS – Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável, instrumento diagnóstico que o governo municipal de Amargosa vem utilizando para orientar todo o seu trabalho, tendo um enfoque participativo e interdisciplinar para planejar um processo de desenvolvimento do município de Amargosa, constatou-se que os agricultores familiares careciam de assistência técnica; ocupavam pequenas áreas e muitas vezes, zonas marginais; apontaram-se problemas desde o sistema de produção a comercialização e escoamento da produção; relatou-se a perda de produtos devido à falta de beneficiamento; culminando com a histórica substituição das práticas tradicionais pela agricultura convencional, causando uma situação de insustentabilidade e fragilidade, devido à grande dependência por insumos externos energeticamente onerosos e esgotáveis, e aos problemas ambientais inerentes ao processo.

Lastreado nas demandas estabelecidas pelo PEGADAS, a PMA, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, buscou a parcerias com diversas entidades que atuam com a agricultura familiar a exemplo dos Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Amargosa, Associações Comunitárias, a Organização não governamental (ONG) ambientalista Centro Sapucaia e Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, com o objetivo de

fortalecer a agricultura familiar, a partir do desenvolvimento de sistemas fundamentados em práticas sociais e ambientalmente apropriadas, sob uma abordagem agroecológica e no fortalecimento da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, com a perspectiva de construção de políticas públicas para o meio rural.

Entendendo que a agroecologia é uma ciência que resgata o conhecimento agrícola tradicional desprezado pela agricultura moderna, e procura fazer sua sistematização e validação de forma que este possa ser (re)aplicado em novas bases (científicas). Além disto, na medida em que expressa em seus princípios, que para sua prática é necessário um ser humano desenvolvido e consciente, com atitudes de coexistência e não de exploração para com a natureza (ALTIERI, 1989).

A agroecologia deverá se configurar na busca dos agricultores em viver e sobreviver da agricultura, valorizá-la como modo de vida e garantir às gerações futuras sistemas naturais equilibrados. O desencadeamento deste processo constitui-se na apropriação pelos agricultores e extensionistas enquanto gerador de políticas que fortaleçam a proposta de resgate da Agricultura, ponto de partida e de chegada da Agroecologia.

As políticas de desenvolvimento rural implementadas em Amargosa com viés agroecológico não são ações isoladas, mas programas integrados que buscam desenvolver o meio rural como um todo, abrangendo os seguintes eixos: conservação, organização, formação, assistência técnica, crédito, verticalização e comercialização. Nesta experiência apresenta-se e discute os principais avanços e dificuldades resultantes do projeto “Sustentabilidade e Agroecologia: um novo padrão de ATER no Vale do Jiquiriçá”, nestes 2 primeiros anos de implantação, destacando a emergência da perspectiva agroecológica.

Descrição da experiência

Com apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a Prefeitura Municipal de Amargosa executa o projeto “Sustentabilidade e Agroecologia: um novo padrão de ATER no Vale do Jiquiriçá” esse surgiu como instrumento de política pública voltada a Assistência Técnica e Extensão Rural no programa de Agroecologia no Município de Amargosa, Bahia, Brasil.

A metodologia utilizada para atingir as metas e os objetivos propostos foi baseada na realização de capacitações, tanto para técnicos quanto para agricultores, com conteúdos definidos a partir das demandas e necessidades nas comunidades pelo PEGADAS e nas reuniões de sensibilização.

A principal estratégia implementada pelo projeto foi o de fortalecimento e consolidação de uma rede de parcerias com diversas instituições, envolvendo organizações públicas e privadas comprometidas com a agricultura familiar. Optou-se ainda pela utilização de processos educativos e participativos nas diversas atividades. Segundo Caporal (1999) as abordagens e métodos participativos representam uma oportunidade para construir melhores vínculos entre os vários atores e qualificam o conhecimento mútuo por práticas agrícolas. O processo metodológico participativo promove maior qualificação dos grupos envolvidos, uma ação mais dinâmica e propositiva nas comunidades, procurando atenuar o isolamento, imobilismo e fragmentação das comunidades.

Nesse processo buscou-se capacitar, primeiramente todos os técnicos que atuam na região, sejam das Prefeituras, dos STTRs, dos agentes do sistema publico de extensão rural e ONGs existentes.

Após um processo de debate nas reuniões de sensibilização, respeitando as proximidades

Resumos do VI CBA e II CLAA

culturais e de distâncias das comunidades as atividades aconteceram de forma nuclearizada. Essa nuclearização objetivou fortalecer o trabalho associativo, pois na maioria das comunidades não existe associação comunitária em funcionamento, e as que existem são cartoriais criadas por ações de políticos para viabilizar projetos com o governo do Estado da Bahia e uma das metas do projeto é a de fortalecer o sistema associativista e cooperativista.

A formação proporcionada aos agricultores se deu em grupos nas áreas nuclearizadas, através de visitas individualizadas, reuniões, discussões técnicas, práticas coletivas, cursos, seminários, dia de campo, visitas a experiências exitosas e montagens de unidades de demonstração, sendo usada a metodologia participativa como base de ação. Em cada comunidade de Amargosa um técnico ficou responsável pelo acompanhamento, seja esse do STR, PMA, EBDA ou Centro Sapucaia, como forma de atender todo município.

Resultados

A relevância do atual projeto está em apoiar ações voltadas à construção de políticas públicas para o meio rural, e poder promover a equidade socioeconômica e valorização da cidadania através da assistência técnica e extensão rural, propondo um novo desenho para agricultura familiar no Vale do Jiquiriçá.

Alguns pontos merecem reflexão seja para avançar no processo, como também evitar possíveis falhas e limitações, que se transformam em desafios para consolidar avanços.

Pode-se relacionar como limitação a estrutura institucional inadequada nas diversas entidades parceiras, a cultura imediatista, o despreparo em trabalhar com a complexidade (agroecossistemas) e dos saberes locais e a dificuldade de consolidar redes entre as entidades parceiras. A formação estritamente técnica dos profissionais dificulta a implementação de um projeto desta natureza, um tanto inovador no que tange a política pública. Mesmo com diversos cursos de reciclagem e nivelamento da equipe. Outro obstáculo é a falta de continuidade no serviço prestado nas comunidades, fator limitante para o trabalho de ATER e pode ser um empecilho para o desenvolvimento do projeto.

Diversas atividades foram implementadas, destacando-se as capacitações com os cursos: Manejo Agroecológico de solo com 219 agricultores familiar participantes; cursos de Manejo Agroecológico de Sistemas Agroflorestais com Ênfase na Produção de Cacao Orgânico; processamento de Derivados da Mandioca com 120 Agricultoras e Agricultores; Curso de Associativismo e Cooperativismo com 198 Agricultores participantes; Manejo Agroecológico de Sistemas Agroflorestais com Ênfase na Produção de Caju Orgânico e Manejo Agroecológico de Sistemas Agroflorestais com Ênfase na Produção de Banana Orgânica. Outra atividade relevante foi o I Encontro de Agroecologia do Vale do Jiquiriçá com mais de 1.176 participantes.

Vale ressaltar o processo de trocas de experiências nas visitas de intercâmbio onde os técnicos e agricultores familiares tiveram oportunidade de conhecer produtores orgânicos certificados, experiências organizativas de assentados de reforma agrária e sistemas agroflorestais adaptados a Mata Atlântica em diversas partes da Bahia.

Pontos positivos já podem ser apontados a exemplo de iniciativas de caráter associativo, como a criação da Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Vale do Jiquiriçá - COOAMA que possibilita a agregação de valor aos produtos primários, aliadas à certeza de comercialização e a possibilidade de centralização dos processos de beneficiamento em pontos estratégicos da região. Outra iniciativa de caráter associativo é o uso do programa de Aquisição de Alimentos cuja comercialização vem complementar toda a cadeia produtiva e garantir renda ao

agricultor.

A partir das ações do projeto foi implementada no município a comercialização direta ao consumidor, que além de proporcionar maior renda ao agricultor, configura-se em importante espaço de formação, devido ao diálogo entre consumidor e agricultor, no espaço criado pela PMA na feira livre para produtos agroecológicos.

Após dois anos de projeto os seguintes resultados já podem ser constatados: a) nas famílias – a incorporação de novas tecnologias agroecológicas aos sistemas produtivos como a adoção de práticas de conservação do solo, adubação orgânica, compostagem, biofertilizantes, diversificação da produção e o fortalecimento das organizações destes agricultores; b) nas comunidades – a valorização dos saberes locais, o interesse pela conservação das matas ciliares e início de recuperação das áreas já degradadas, criação de novas alternativas para a geração de renda e ampliação das experiências agroflorestais; c) nos técnicos – apropriação de metodologias participativas para o melhor desempenho nas trocas de experiências, das técnicas e experiências agroecológicas e agroflorestais.

Referências

ALTIERI, M. A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989. 237 p.

AMARGOSA. Prefeitura Municipal. *Plano popular estratégico de gestão e afirmação democrática por uma Amargosa sustentável – PEGADAS*. Amargosa: [s. n.], 2005.

CAPORAL, F. R. Em direção à extensão rural do futuro: caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. In: BRACAGIOLI NETO, A. (Org.) *Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural*. Porto Alegre: EMATER-RS, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados censitários, contagem populacional 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 25 maio 2009.